

Texto de Apoio: SANEAMENTO BÁSICO

O SANEAMENTO BÁSICO é fundamental para a saúde pública e o desenvolvimento sustentável das cidades, um tema central nos objetivos delineados pela Agenda 2030 (ONU, 2015), a Carta Brasileira de Cidades Inteligentes (Brasil, 2021), o Índice de Progresso Social Brasil 2024 (IPS Brasil, 2024) e o documento Tendências para as Cidades (FNP, 2024). Esses documentos ressaltam a importância de garantir que todas as populações urbanas tenham acesso a serviços de saneamento de qualidade, fundamentais para o bem-estar humano e a proteção ambiental.

O acesso a água potável e o tratamento adequado de esgoto são essenciais para proteger a saúde pública. A ausência de saneamento básico adequado pode levar à disseminação de doenças transmitidas pela água, como cólera e diarreia, que afetam desproporcionalmente as populações vulneráveis. A Agenda 2030 (ONU, 2015) destaca a importância de assegurar que todos tenham acesso a esses serviços essenciais, como um direito humano básico que deve ser garantido por meio de políticas públicas eficazes e investimentos sustentáveis.

Paralelamente, a gestão eficiente de resíduos sólidos é crucial para reduzir o impacto ambiental das cidades. Isso envolve não apenas a coleta e o descarte adequado de resíduos, mas também a promoção da reciclagem e do reuso de materiais. A implementação de tecnologias de gestão de resíduos pode ajudar a minimizar os impactos ambientais, contribuindo para a sustentabilidade urbana. O Índice de Progresso Social Brasil 2024 (IPS Brasil, 2024) ressalta a importância de tais práticas para melhorar a qualidade de vida urbana e preservar o meio ambiente.

Neste mesmo sentido, a equidade social é promovida quando todas as áreas urbanas, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, têm acesso igualitário a serviços de saneamento. Isso é particularmente desafiador em regiões com características específicas de vulnerabilidade, onde a infraestrutura é frequentemente insuficiente. A Carta Brasileira de Cidades Inteligentes (Brasil, 2021) enfatiza a necessidade de políticas que assegurem a distribuição equitativa de recursos e serviços, garantindo que nenhuma comunidade seja deixada para trás.

A engenharia, a agronomia e as geociências desempenham um papel vital na gestão eficiente dos recursos hídricos e dos sistemas de esgoto. Profissionais nessas áreas são responsáveis por desenvolver e implementar soluções inovadoras que são economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis. Isso pode incluir a construção de sistemas de captação de água da chuva, o desenvolvimento de tecnologias de tratamento de esgoto que utilizem menos recursos e a implementação de sistemas de gestão de água que sejam adaptáveis a diferentes condições climáticas e geográficas.

Não podemos deixar de abordar a disparidade nos indicadores de água e saneamento entre diferentes regiões do Brasil, que é uma questão crítica que precisa ser abordada. O Índice de Progresso Social Brasil 2024 (IPS Brasil, 2024) reflete essas disparidades, com as áreas mais carentes frequentemente localizadas em regiões remotas ou economicamente desfavorecidas.

Abordar essas desigualdades requer um compromisso renovado de investimento e inovação, com foco na criação de sistemas de saneamento que sejam acessíveis e eficazes para todos.

O documento Tendências para as Cidades (FNP, 2024), elaborado pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos, reforça a importância de integrar soluções de saneamento básico como parte de uma estratégia urbana mais ampla que visa a sustentabilidade e a inclusão social. Este documento destaca a necessidade de as administrações municipais adotarem práticas inovadoras

e colaborativas para enfrentar os desafios do saneamento, promovendo parcerias que possam alavancar recursos e expertise para melhorar a infraestrutura urbana.

Um grande apoio para a busca de soluções para o saneamento básico e a digitalização dos serviços relacionados ao saneamento, pois tem o potencial de transformar a maneira como esses serviços são geridos e prestados. Sistemas digitais podem oferecer maior transparência e responsabilidade, permitindo que gestores monitorem a eficácia das operações e façam ajustes em tempo real. A Agenda 2030 (ONU, 2015) promove o uso de tecnologias digitais para melhorar a eficiência e o acesso aos serviços públicos, incluindo o saneamento.

A transformação digital emerge como uma ferramenta poderosa para otimizar a gestão dos recursos hídricos e dos sistemas de esgoto. Tecnologias como a Internet das Coisas (IoT) e a análise de dados em tempo real permitem o monitoramento contínuo e eficiente dos sistemas de saneamento, ajudando a detectar e resolver problemas antes que eles se tornem críticos. A Carta Brasileira de Cidades Inteligentes (Brasil, 2021) incentiva o uso dessas tecnologias para aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados às comunidades.

Portanto, para alcançar esses objetivos, é essencial que haja uma colaboração eficaz entre governos, setor privado e organizações da sociedade civil. Propostas para abordagem a este tema podem alavancar recursos e expertise para desenvolver infraestruturas de saneamento que atendam às necessidades das comunidades. A Carta Brasileira de Cidades Inteligentes (Brasil, 2021) apoia essas colaborações, reconhecendo que a cooperação é fundamental para o sucesso de iniciativas de saneamento sustentável.

Em conclusão, o saneamento básico é um componente crucial para o desenvolvimento sustentável das cidades, impactando diretamente a saúde pública, a equidade social e a proteção ambiental.

Ao alinhar-se com as diretrizes da Agenda 2030 (ONU, 2015), a Carta Brasileira de Cidades Inteligentes (Brasil, 2021), o Índice de Progresso Social Brasil 2024 (IPS Brasil, 2024) e as recomendações do documento Tendências para as Cidades (FNP, 2024), é possível promover propostas para legislações e/ou ações que fomentem sistemas de saneamento que sejam eficientes, sustentáveis e equitativos. Isso não apenas melhora a qualidade de vida nas cidades, mas também garante um futuro mais saudável e sustentável para todos os cidadãos.

Referências (acesse para a leitura completa)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, Estados Unidos, 2015. Disponível em

<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentável>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. Versão Resumida. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2021

IPS BRASIL. Índice de Progresso Social. Qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2024.

Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitas - FNP. Tendências para as Cidades. Brasília, Brasil, 2024. Disponível em <https://multimidia.fnp.org.br/biblioteca/documentos/item/1224-projeto-editorial-dotendencias-para-as-cidades>.

Nota: Texto adaptado do material de apoio CEP/CREA-PR . Resumo gerado com IA a partir do conteúdo existente nos quatro textos referenciais do 12 CNP.